

## CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

## PAUTA 005/2020

A **PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA**, no uso das atribuições conferidas pelos artigos 15, II, da Lei Complementar Estadual nº 011, de 18 de janeiro de 1996, e 12, I, da Resolução 002, de 05 de março de 2018, do Colégio de Procuradores de Justiça, acionando o **sistema de deliberação remota** instituído pelo Ato Normativo 009, de 1º de abril de 2020, **CONVOCA sessão virtual e extraordinária do Conselho Superior do Ministério Público**, a ser realizada, por meio de solução tecnológica de comunicação telepresencial, no **dia 05 de maio de 2020, terça-feira, às 14:00 horas**, com a seguinte ordem do dia:

**1. REMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECEMENTO PARA A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUCANO, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.**

	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	Marcos José Passos Oliveira Santos	4º Quinto	Sim	-
2	Romeu Gonsalves Coelho Filho	5º Quinto	Não	-
3	Adriano Nunes de Souza	5º Quinto	Não	Compôs 1 vez a próxima será alternada
4	Márcio Bellazzi de Oliveira	5º Quinto	Não	Compôs 1 vez a próxima será alternada

**2. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE ANTIGUIDADE PARA A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE MUNDO NOVO, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.**

	INSCRITOS
1	Saulo Rezende Moreira (Requerimento de opção)

**3. PROMOÇÃO PELO CRITÉRIO DE MERECIMENTO PARA A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NAZARÉ, DE ENTRÂNCIA INTERMEDIÁRIA.**

	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	Lucas da Silva Santana	5º Quinto	Sim	-

**4. REMOÇÃO INTERNA PELO CRITÉRIO DE MERECIMENTO PARA A 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE JEQUIÉ, DE ENTRÂNCIA FINAL.**

	INSCRITOS	CRITÉRIOS		LISTA TRÍPLICE
		QUINTO CONSTITUCIONAL	INTERSTÍCIO	
1	Saulo Murilo de Oliveira Mattos – Titular da 6ª Promotoria de Justiça de Jequié (Atribuição: Criminal; Juizado Especial Criminal; Violência Doméstica contra a Mulher (Cível e Criminal))	5º Quinto	Sim	-
2	Lucas Ramos de Vasconcelos – Titular da 7ª Promotoria de Justiça de Jequié (Atribuição: Infância e Juventude (Cível e Criminal))	5º Quinto	Sim	-

**5. PROCEDIMENTO SIMP Nº 003.0.6199/2020 – REMOÇÃO POR PERMUTA ENTRE O PROMOTOR DE JUSTIÇA IVAN CARLOS NOVAES MACHADO, TITULAR DA 4ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL – 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA CAPITAL E O PROMOTOR DE JUSTIÇA FERNANDO LUCAS CARVALHO VILLAR DE SOUZA, TITULAR DA 2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE IRECÊ – ENTRÂNCIA FINAL;**

**6. PROCEDIMENTO SIGA Nº 3675/2020 – REMOÇÃO POR PERMUTA ENTRE O PROMOTOR DE JUSTIÇA OSCAR ARAÚJO DA SILVA, TITULAR DA 1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL – 4º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA CAPITAL E O PROMOTOR DE JUSTIÇA PEDRO ARAUJO CASTRO, TITULAR DA 7ª**

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA CRIMINAL – 3º PROMOTOR DE JUSTIÇA DA CAPITAL;**

**7. PROCEDIMENTO SIMP Nº 003.0.3423/2020 – PRORROGAÇÃO DE PERÍODO DE AFASTAMENTO PARA FREQUENTAR CURSO DE DOUTORAMENTO NO EXTERIOR. INTERESSADA: PROMOTORA DE JUSTIÇA ALICIA VIOLETA BOTELHO SGADARI PASSEGGI. RELATORA: CONSELHEIRA MÁRCIA REGINA DOS SANTOS VIRGENS;**

**8. RELATORIA DE PROCEDIMENTOS:**

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA WASHINGTON ARAÚJO CARIGÉ:**

8.1. Recurso Administrativo em Inquérito Civil nº 003.0.146461/2008, da Promotoria de Justiça de Itanhém;

8.2. Procedimento Ministerial nº 696.9.174119/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;

8.3. Procedimento Ministerial nº 003.0.44536/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

8.4. Inquérito Civil nº 003.9.77983/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

8.5. Inquérito Civil nº 692.1.4295/2005, da Promotoria de Justiça de Carinhanha;

8.6. Inquérito Civil nº 003.0.209855/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

8.7. Procedimento Ministerial nº 003.9.140567/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

8.8. Inquérito Civil nº 647.0.45592/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;

8.9. Procedimento Ministerial nº 003.9.133481/2018, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

8.10. Inquérito Civil nº 003.9.86513/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

8.11. Procedimento Ministerial nº 003.9.73497/2019, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

8.12. Procedimento Ministerial nº 647.0.232905/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;

8.13. Procedimento Ministerial nº 674.9.161946/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

8.14. Inquérito Civil nº 003.0.116002/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;

8.15. Procedimento Ministerial nº 703.9.258489/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;

8.16. Inquérito Civil nº 307.9.132940/2017, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;

8.17. Inquérito Civil nº 003.0.107084/2015, da 13ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;

- 8.18. Inquérito Civil nº 003.9.31038/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 8.19. Inquérito Civil nº 702.9.53652/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 8.20. Procedimento Ministerial nº 676.1.128173/2006, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 8.21. Inquérito Civil nº 600.9.171279/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 8.22. Inquérito Civil nº 114.9.149133/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 8.23. Inquérito Civil nº 029.0.118963/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;
- 8.24. Inquérito Civil nº 704.0.254058/2013, da 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;
- 8.25. Procedimento Ministerial nº 694.0.81163/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 8.26. Inquérito Civil nº 003.9.111824/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 8.27. Procedimento Ministerial nº 279.0.63851/2011, da 2ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;
- 8.28. Inquérito Civil nº 029.0.32392/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;
- 8.29. Inquérito Civil nº 003.9.97475/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.30. Procedimento Ministerial nº 597.9.229614/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.31. Inquérito Civil nº 003.9.10296/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Valença.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA REGINA MARIA DA SILVA CARRILHO:**

- 8.32. Inquérito Civil nº 003.9.47813/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 8.33. Procedimento Ministerial nº 279.0.142122/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;
- 8.34. Inquérito Civil nº 692.0.27859/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;
- 8.35. Inquérito Civil nº 705.0.111073/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 8.36. Procedimento Ministerial nº 003.9.105628/2018, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 8.37. Procedimento Ministerial nº 678.0.158659/2009, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 8.38. Inquérito Civil nº 003.0.132511/2016, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
- 8.39. Inquérito Civil nº 167.9.33434/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 8.40. Inquérito Civil nº 003.9.161338/2019, da Promotoria de Justiça de Itambé;
- 8.41. Inquérito Civil nº 644.0.239186/2016, da 14ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 8.42. Inquérito Civil nº 597.9.90282/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.43. Inquérito Civil nº 003.0.41737/2009, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 8.44. Inquérito Civil nº 003.9.121960/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.45. Inquérito Civil nº 003.0.203980/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

- 8.46. Inquérito Civil nº 003.0.167752/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 8.47. Inquérito Civil nº 600.9.15883/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 8.48. Inquérito Civil nº 003.9.52543/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.49. Procedimento Ministerial nº 003.0.123142/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.50. Inquérito Civil nº 600.9.63011/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 8.51. Procedimento Ministerial nº 674.9.75563/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 8.52. Inquérito Civil nº 593.0.94001/2012, da 5ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 8.53. Procedimento Ministerial nº 003.9.31924/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.54. Inquérito Civil nº 003.9.216170/2018, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 8.55. Inquérito Civil nº 647.0.50930/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 8.56. Inquérito Civil nº 003.9.197804/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.57. Procedimento Ministerial nº 069.9.99025/2018, da Promotoria de Justiça de Catu;
- 8.58. Inquérito Civil nº 600.9.34473/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 8.59. Procedimento Ministerial nº 719.9.16692/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Seabra;
- 8.60. Inquérito Civil nº 279.0.17168/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;
- 8.61. Inquérito Civil nº 692.9.145190/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 8.62. Inquérito Civil nº 600.0.123389/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 8.63. Procedimento Ministerial nº 674.9.113066/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 8.64. Procedimento Ministerial nº 646.0.95626/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 8.65. Procedimento Ministerial nº 593.9.90977/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 8.66. Procedimento Ministerial nº 593.2.23507/2006, da 3ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 8.67. Procedimento Ministerial nº 003.9.81967/2018, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 8.68. Procedimento Ministerial nº 003.9.64393/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.69. Procedimento Ministerial nº 003.9.270788/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 8.70. Procedimento Ministerial nº 003.9.160328/2019, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 8.71. Procedimento Ministerial nº 003.0.183061/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

- 8.72. Procedimento Ministerial nº 003.0.157624/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 8.73. Inquérito Civil nº 190.9.115962/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 8.74. Inquérito Civil nº 598.0115417/2013, da 3ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 8.75. Procedimento Ministerial nº 003.9.29314/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 8.76. Procedimento Ministerial nº 003.0.26169/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.77. Inquérito Civil nº 167.0.83368/2016, da Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 8.78. Inquérito Civil nº 003.9.69261/2018, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 8.79. Procedimento Ministerial nº 003.0.140283/2016, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
- 8.80. Inquérito Civil nº 003.0.76635/2016, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 8.81. Inquérito Civil nº 003.0.114117/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Gandu;
- 8.82. Inquérito Civil nº 003.9.50320/2019, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 8.83. Inquérito Civil nº 003.9.59196/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 8.84. Procedimento Ministerial nº 003.9.29985/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 8.85. Inquérito Civil nº 705.9.163848/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso;
- 8.86. Procedimento Ministerial nº 597.9.60863/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.87. Procedimento Ministerial nº 597.9.35332/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.88. Procedimento Ministerial nº 677.9.10963/2020, da 1ª Promotoria de Justiça de Brumado;
- 8.89. Procedimento Ministerial nº 003.9.222278/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.90. Inquérito Civil nº 600.9.35600/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 8.91. Inquérito Civil nº 709.0.221087/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;
- 8.92. Procedimento Ministerial nº 152.0.235009/2016, da Promotoria de Justiça de Andaraí;
- 8.93. Inquérito Civil nº 644.0.212300/2014, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória d Conquista;
- 8.94. Inquérito Civil nº 705.0.240207/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 8.95. Inquérito Civil nº 003.9.31051/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Lauro de Freitas;
- 8.96. Inquérito Civil nº 708.9.84911/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 8.97. Inquérito Civil nº 003.0.165478/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 8.98. Inquérito Civil nº 705.0.40180/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 8.99. Inquérito Civil nº 600.9.49068/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em



- Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 8.100. Inquérito Civil nº 003.9.203857/2017, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 8.101. Procedimento Ministerial nº 003.0.77394/2011, da Promotoria de Justiça de Presidente Jânio Quadros;
- 8.102. Inquérito Civil nº 644.0.205766/2010, da 11ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 8.103. Inquérito Civil nº 600.9.74775/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 8.104. Procedimento Ministerial nº 699.9.9524/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 8.105. Inquérito Civil nº 680.0.57192/2010, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 8.106. Procedimento Ministerial nº 003.9.113560/2019, da 4ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 8.107. Inquérito Civil nº 593.0.125962/2016, da 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 8.108. Inquérito Civil nº 646.9.6979/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 8.109. Procedimento Ministerial nº 674.9.161876/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 8.110. Inquérito Civil nº 340.0.41645/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Ubatã;
- 8.111. Procedimento Ministerial nº 703.0.248697/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 8.112. Procedimento Ministerial nº 003.9.50342/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 8.113. Inquérito Civil nº 593.0.184935/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 8.114. Inquérito Civil nº 167.0.55679/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 8.115. Inquérito Civil nº 593.0.172127/2015, da 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 8.116. Inquérito Civil nº 646.9.200573/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 8.117. Inquérito Civil nº 003.0.3726/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa;
- 8.118. Inquérito Civil nº 646.0.185574/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 8.119. Procedimento Ministerial nº 597.9.17317/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.120. Inquérito Civil nº 598.9.32107/2018, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 8.121. Procedimento Ministerial nº 703.0.134200/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 8.122. Inquérito Civil nº 003.9.62740/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.123. Procedimento Ministerial nº 597.9.208416/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.124. Inquérito Civil nº 003.9.103222/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 8.125. Inquérito Civil nº 003.9.135786/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 8.126. Inquérito Civil nº 723.0.104113/2014, da Promotoria de Justiça de Itamaraju;
- 8.127. Inquérito Civil nº 167.9.204297/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 8.128. Procedimento Ministerial nº 597.9.99638/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.129. Inquérito Civil nº 646.0.145792/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 8.130. Inquérito Civil nº 705.0.240191/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo

Afonso;

8.131. Inquérito Civil nº 681.9.194398/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;

8.132. Procedimento Ministerial nº 003.9.158309/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

8.133. Procedimento Ministerial nº 101.0.169878/2014, da Promotoria de Justiça de Itapicuru.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA JUSTIÇA MARIA DE FÁTIMA CAMPOS DA CUNHA:**

8.134. Inquérito Civil nº 035.0.189659/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;

8.135. Inquérito Civil nº 708.0.242857/2015, da Promotoria de Justiça de Itanhém;

8.136. Procedimento Ministerial nº 031.9.130933/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Amargosa;

8.137. Inquérito Civil nº 647.0.42713/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;

8.138. Procedimento Ministerial nº 210.0.145000/2016, da Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;

8.139. Inquérito Civil nº 137.0.42410/2012, da Promotoria de Justiça de Jitaúna;

8.140. Inquérito Civil nº 003.0.90688/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

8.141. Inquérito Civil nº 591.0.195024/2016, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

8.142. Inquérito Civil nº 003.0.177257/2013, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;

8.143. Inquérito Civil nº 003.0.216318/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

8.144. Procedimento Ministerial nº 597.9.250676/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;

8.145. Inquérito Civil nº 003.9.122421/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

8.146. Inquérito Civil nº 600.9.54763/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

8.147. Inquérito Civil nº 593.0.159575/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

8.148. Inquérito Civil nº 003.9.14604/2017, da 2ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

8.149. Inquérito Civil nº 090.9.240111/2017, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

8.150. Inquérito Civil nº 003.1.93981/2006, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

8.151. Inquérito Civil nº 003.9.234437/2019, da Promotoria de Justiça de Ibirapitanga;

8.152. Inquérito Civil nº 114.9.149082/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;

8.153. Inquérito Civil nº 251.0.207713/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;

8.154. Inquérito Civil nº 598.0.196340/2010, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

8.155. Procedimento Ministerial nº 703.9.232755/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;

8.156. Inquérito Civil nº 186.0.15148/2013, da Promotoria de Justiça de Piritiba;

8.157. Inquérito Civil nº 600.0.154366/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

8.158. Inquérito Civil nº 003.0.3799/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa;



- 8.159. Procedimento Ministerial nº 699.9.82029/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 8.160. Inquérito Civil nº 593.0.154012/2015, da 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 8.161. Inquérito Civil nº 330.0.120181/2008, da Promotoria de Justiça de Teofilândia;
- 8.162. Inquérito Civil nº 003.9.42217/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.163. Inquérito Civil nº 190.9.16407/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 8.164. Inquérito Civil nº 593.0.150893/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 8.165. Procedimento Ministerial nº 003.5.49047/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.
- 8.166. Inquérito Civil nº 655.0.187958/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Gandu;
- 8.167. Inquérito Civil nº 003.9.211509/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 8.168. Procedimento Ministerial nº 003.0.146662/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 8.169. Inquérito Civil nº 003.9.31895/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 8.170. Inquérito Civil nº 593.0.37771/2016, da 3ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 8.171. Procedimento Ministerial nº 035.9.166623/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;
- 8.172. Procedimento Ministerial nº 279.0.80557/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;
- 8.173. Procedimento Ministerial nº 003.9.47348/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 8.174. Inquérito Civil nº 593.0.126191/2016, da 9ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 8.175. Procedimento Ministerial nº 003.9.2129121/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 8.176. Inquérito Civil nº 696.9.87313/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 8.177. Procedimento Ministerial nº 598.0.215191/2015, da 10ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 8.178. Procedimento Ministerial nº 003.9.173794/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.179. Inquérito Civil nº 598.0.241071/2014, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 8.180. Inquérito Civil nº 003.0.185335/2008, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;
- 8.181. Procedimento Ministerial nº 003.0.102095/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.182. Inquérito Civil nº 644.0.137646/2016, da 6ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 8.183. Inquérito Civil nº 708.9.188132/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 8.184. Inquérito Civil nº 705.0.207232/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ADIVALDO GUIMARÃES  
CIDADE:**

- 8.185. Recurso Administrativo nº 003.9.78082/2019 em Procedimento Ministerial nº 003.9.146491/2018, do Grupo de Atuação Especial de Proteção dos Direitos Humanos e Combate à Discriminação – GEDHDIS;
- 8.186. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 167.9.133260/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 8.187. Procedimento Ministerial nº 003.9.160813/2019, da 4ª Promotoria de Justiça do

Consumidor;

8.188. Procedimento Ministerial nº 003.0.262759/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;

8.189. Inquérito Civil nº 709.0.199795/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Simões Filho;

8.190. Inquérito Civil nº 708.9.109487/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

8.191. Inquérito Civil nº 170.0.242093/2016, da Promotoria de Justiça de Miguel Calmon;

8.192. Inquérito Civil nº 646.0.99037/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

8.193. Inquérito Civil nº 007.0.118345/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;

8.194. Inquérito Civil nº 708.9.189961/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

8.195. Inquérito Civil nº 029.9.162581/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;

8.196. Inquérito Civil nº 003.9.199868/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

8.197. Inquérito Civil nº 705.0.158094/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

8.198. Procedimento Ministerial nº 694.0.103632/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;

8.199. Inquérito Civil nº 003.9.256465/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

8.200. Inquérito Civil nº 090.0.150042/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Itanhém;

8.201. Procedimento Ministerial nº 680.9.240027/2017, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;

8.202. Inquérito Civil nº 003.9.185722/2017, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

8.203. Inquérito Civil nº 933.0.199158/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;

8.204. Procedimento Ministerial nº 701.9.138415/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Itapetinga;

8.205. Procedimento Ministerial nº 655.9.223923/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Gandu;

8.206. Procedimento Ministerial nº 003.0.35562/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

8.207. Procedimento Ministerial nº 035.0.22393/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Cachoeira;

8.208. Inquérito Civil nº 933.0.11253/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;

8.209. Inquérito Civil nº 003.0.136381/2012, da Promotoria de Justiça de Capim Grosso;

8.210. Inquérito Civil nº 702.0.82572/2013, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;

8.211. Inquérito Civil nº 699.0.241525/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

8.212. Inquérito Civil nº 674.9.183578/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

8.213. Inquérito Civil nº 003.0.82353/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Bom Jesus da Lapa;

8.214. Inquérito Civil nº 003.9.236019/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

- 8.215. Procedimento Ministerial nº 190.9.10635/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 8.216. Inquérito Civil nº 190.0.59796/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 8.217. Inquérito Civil nº 090.9.49288/2019, da Promotoria de Justiça de Itanhém;
- 8.218. Inquérito Civil nº 003.9.262017/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 8.219. Procedimento Ministerial nº 597.9.37261/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.220. Procedimento Ministerial nº 003.9.176666/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 8.221. Inquérito Civil nº 597.0.50295/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
- 8.222. Inquérito Civil nº 646.0.206776/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 8.223. Inquérito Civil nº 597.9.140156/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.224. Procedimento Ministerial nº 003.9.128251/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 8.225. Procedimento Ministerial nº 003.9.45702/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.226. Inquérito Civil nº 003.9.46049/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 8.227. Inquérito Civil nº 003.0.16332/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 8.228. Inquérito Civil nº 003.0.103981/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA MARIA AUGUSTA ALMEIDA CIDREIRA REIS:**

- 8.229. Procedimento Ministerial nº 003.0.3567/2020, da 1ª Promotoria de Justiça de Amargosa;
- 8.230. Procedimento Ministerial nº 003.9.19148/2020, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.231. Inquérito Civil nº 003.9.130646/2017, da Promotoria de Justiça de Conde;
- 8.232. Inquérito Civil nº 003.9.93379/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 8.233. Inquérito Civil nº 597.9.38055/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.234. Procedimento Ministerial nº 681.9.269829/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 8.235. Inquérito Civil nº 705.0.55513/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 8.236. Inquérito Civil nº 596.9.189835/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana;
- 8.237. Inquérito Civil nº 597.9.103817/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;
- 8.238. Inquérito Civil nº 705.0.62530/2011, da 3ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 8.239. Procedimento Ministerial nº 597.9.49325/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.240. Inquérito Civil nº 003.9.232488/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.241. Inquérito Civil nº 003.0.237247/2016, da 3ª Promotoria de Justiça do

Consumidor;

8.242. Inquérito Civil nº 003.0.115399/2008, da Promotoria de Justiça de Andaraí;

8.243. Inquérito Civil nº 057.9.84615/2018, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;

8.244. Inquérito Civil nº 003.0.59538/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

8.245. Procedimento Ministerial nº 708.9.126047/2019, da 6ª Promotoria de Justiça de Teixeira de Freitas;

8.246. Inquérito Civil nº 597.9.52965/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Valença;

8.247. Inquérito Civil nº 279.0.76893/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;

8.248. Inquérito Civil nº 592.0.220712/2014, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;

8.249. Procedimento Ministerial nº 003.9.137474/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

8.250. Procedimento Ministerial nº 674.9.95931/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

8.251. Procedimento Ministerial nº 593.9.217871/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

8.252. Inquérito Civil nº 598.0.86072/2014, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

8.253. Procedimento Ministerial nº 692.9.234098/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Guanambi;

8.254. Procedimento Ministerial nº 003.9.150714/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;

8.255. Inquérito Civil nº 003.9.190716/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;

8.256. Inquérito Civil nº 593.0.65347/2007, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;

8.257. Inquérito Civil nº 598.0.16052/2014, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

8.258. Procedimento Ministerial nº 167.9.114504/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;

8.259. Inquérito Civil nº 674.9.156432/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

8.260. Inquérito Civil nº 003.9.101369/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Público – GEPAM;

8.261. Inquérito Civil nº 003.9.98146/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

8.262. Procedimento Ministerial nº 003.9.42832/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

8.263. Procedimento Ministerial nº 003.9.256478/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

8.264. Procedimento Ministerial nº 003.9.31311/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

8.265. Procedimento Ministerial nº 708.9.164810/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

8.266. Inquérito Civil nº 600.9.173019/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

8.267. Inquérito Civil nº 705.0.222095/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

8.268. Inquérito Civil nº 167.0.228906/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;



- 8.269. Inquérito Civil nº 007.0.172366/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;
- 8.270. Inquérito Civil nº 003.2.9927/2005, da Promotoria de Justiça de Capela do Alto Alegre;
- 8.271. Procedimento Ministerial nº 003.9.27051/2019,, da 8ª Promotoria de Justiça de Infância e Juventude;
- 8.272. Inquérito Civil nº 279.0.178192/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;
- 8.273. Inquérito Civil nº 705.0.222057/2014, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 8.274. Procedimento Ministerial nº 003.0.173772/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna.

**RELATORA: EXMA. SRA. DRA. PROCURADORA DE JUSTIÇA ÁUREA LÚCIA SOUZA SAMPAIO LOEPP:**

- 8.275. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 003.9.183542/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDEF;
- 8.276. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 678.9.100268/2019, da 3ª Promotoria de Justiça de Cruz das Almas;
- 8.277. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 003.9.196757/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa - GEPAM;
- 8.278. Procedimento Ministerial nº 167.0.189257/2015, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 8.279. Inquérito Civil nº 190.9.102619/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 8.280. Inquérito Civil nº 003.0.35678/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;
- 8.281. Inquérito Civil nº 656.9.12736/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Cícero Dantas;
- 8.282. Inquérito Civil nº 699.0.3990/2008, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 8.283. Inquérito Civil nº 597.0.192478/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.284. Inquérito Civil nº 705.0.109239/2015, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 8.285. Inquérito Civil nº 027.0.15611/2009, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 8.286. Procedimento Ministerial nº 003.9.36133/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.287. Inquérito Civil nº 702.0.237244/2012, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 8.288. Inquérito Civil nº 332.0.24081/2014, da Promotoria de Justiça de Tremedal;
- 8.289. Inquérito Civil nº 598.0.119681/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 8.290. Inquérito Civil nº 598.0.176466/2015, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro;
- 8.291. Procedimento Ministerial nº 003.9.79880/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 8.292. Inquérito Civil nº 646.0.74491/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 8.293. Inquérito Civil nº 933.0.120841/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;



- 8.294. Inquérito Civil nº 003.0.36233/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 8.295. Procedimento Ministerial nº 003.9.58324/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.296. Inquérito Civil nº 680.9.202247/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Castro Alves;
- 8.297. Procedimento Ministerial nº 020.9.94872/2019, da Promotoria de Justiça de Barra da Estiva;
- 8.298. Inquérito Civil nº 003.0.116065/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 8.299. Procedimento Ministerial nº 003.0.32847/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 8.300. Procedimento Ministerial nº 003.0.90574/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.301. Procedimento Ministerial nº 003.9.100647/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 8.302. Procedimento Ministerial nº 003.9.161860/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.303. Procedimento Ministerial nº 003.9.52658/2019, da 5ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 8.304. Procedimento Ministerial nº 600.0.182553/2011, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus.
- 8.305. Inquérito Civil nº 681.0.229986/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 8.306. Inquérito Civil nº 705.0.24008/2013, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;
- 8.307. Procedimento Ministerial nº 597.9.15870/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.308. Inquérito Civil nº 003.0.198875/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 8.309. Inquérito Civil nº 596.9.6389/2018, da 21ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 8.310. Procedimento Ministerial nº 003.9.170786/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 8.311. Inquérito Civil nº 003.9.134998/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 8.312. Inquérito Civil nº 003.9.56319/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 8.313. Inquérito Civil nº 003.9.211304/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 8.314. Procedimento Ministerial nº 340.9.251526/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Ubatã;
- 8.315. Inquérito Civil nº 681.0.171391/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 8.316. Inquérito Civil nº 003.9.69554/2018, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 8.317. Inquérito Civil nº 003.9.204694/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 8.318. Inquérito Civil nº 167.0.167409/2016, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 8.319. Inquérito Civil nº 655.0.32037/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Gandu;

- 8.320. Procedimento nº 003.9.269288/2016, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.321. Procedimento Ministerial nº 692.9.235117/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;
- 8.322. Inquérito Civil nº 003.9.169225/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.323. Inquérito Civil nº 600.0.137719/2014, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;
- 8.324. Inquérito Civil nº 674.0.102834/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 8.325. Inquérito Civil nº 003.9.54074/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.

**RELATORA: EXMA. SRA. DR.<sup>a</sup> PROCURADORA DE JUSTIÇA MÁRCIA REGINA DOS SANTOS VIRGENS:**

- 8.326. Recurso Administrativo em Inquérito Civil nº 268.9.148477/2018, da Promotoria de Justiça de Santa Terezinha;
- 8.327. Procedimento Ministerial nº 003.0.85651/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa dos Direitos dos Idosos e das Pessoas com Deficiência – GEIDDEF;
- 8.328. Procedimento Ministerial nº 003.9.19830/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 8.329. Procedimento Ministerial nº 167.0.84043/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Mata de São João;
- 8.330. Inquérito Civil nº 933.9.76329/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;
- 8.331. Inquérito Civil nº 597.0.1274/2015, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.332. Inquérito Civil nº 003.0.127298/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.333. Inquérito Civil nº 003.0.177926/2007, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.334. Inquérito Civil nº 702.9.161088/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 8.335. Inquérito Civil nº 167.9.67650/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 8.336. Inquérito Civil nº 167.9.67663/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 8.337. Inquérito Civil nº 029.0.32667/2012, da 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;
- 8.338. Inquérito Civil nº 676.0.79652/2007, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 8.339. Inquérito Civil nº 590.0.241851/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;
- 8.340. Procedimento Ministerial nº 003.0.59043/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.341. Inquérito Civil nº 644.0.232254/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Vitória da Conquista;
- 8.342. Inquérito Civil nº 646.0.204683/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 8.343. Inquérito Civil nº 674.9.40683/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 8.344. Inquérito Civil nº 003.9.109737/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.345. Procedimento Ministerial nº 003.0.147423/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

- 8.346. Inquérito Civil nº 708.9.190132/2017, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 8.347. Inquérito Civil nº 646.0.179276/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 8.348. Inquérito Civil nº 593.0.104149/2010, da 8ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 8.349. Inquérito Civil nº 254.0.116866/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Rio Real;
- 8.350. Procedimento Ministerial nº 702.9.218569/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 8.351. Inquérito Civil nº 598.9.255643/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 8.352. Inquérito Civil nº 646.0.177169/2015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 8.353. Inquérito Civil nº 681.0.182998/2015, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 8.354. Inquérito Civil nº 702.0.130051/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 8.355. Inquérito Civil nº 708.0.233384/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;
- 8.356. Inquérito Civil nº 003.0.149525/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.357. Inquérito Civil nº 702.9.170476/2017, da 5ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 8.358. Inquérito Civil nº 003.0.103618/2013, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.359. Inquérito Civil nº 003.0.176867/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.360. Inquérito Civil nº 114.9.104011/2018, da Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 8.361. Inquérito Civil nº 003.0.222679/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde - GESAU;
- 8.362. Inquérito Civil nº 094.0.30819/2010, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 8.363. Inquérito Civil nº 596.0.36745/2013, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 8.364. Inquérito Civil nº 003.0.80961/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.365. Inquérito Civil nº 003.0.62003/2007, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 8.366. Inquérito Civil nº 003.0.188557/2015, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 8.367. Inquérito Civil nº 101.0.200571/2013, da Promotoria de Justiça de Itapicuru;
- 8.368. Procedimento Ministerial nº 003.0.10286/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.369. Inquérito Civil nº 268.9.24880/2017, da Promotoria de Justiça de Santa Terezinha;
- 8.370. Inquérito Civil nº 674.0.167255/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 8.371. Inquérito Civil nº 694.0.101730/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 8.372. Inquérito Civil nº 003.0.135490/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.373. Procedimento Ministerial nº 003.0.255280/2012, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM.
- 8.374. Inquérito Civil nº 702.9.186219/2018, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina;
- 8.375. Inquérito Civil nº 598.9.194396/2018, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 8.376. Inquérito Civil nº 147.0.162409/2008, da 6ª Promotoria de Justiça de Irecê;

- 8.377. Inquérito Civil nº 075.9.250206/2017, da Promotoria de Justiça de Chorrochó;
- 8.378. Inquérito Civil nº 598.0.125408/2016, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 8.379. Inquérito Civil nº 003.0.48783/2014, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;
- 8.380. Inquérito Civil nº 003.0.142551/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.381. Inquérito Civil nº 003.0.151873/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Jacobina.
- 8.382. Procedimento Ministerial nº 003.9.164860/2017, da 2ª Promotoria de Justiça do Consumidor;
- 8.383. Inquérito Civil nº 114.9.47151/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Entre Rios;
- 8.384. Inquérito Civil nº 003.0.92035/2008, da 2ª Promotoria de Justiça de Bom Jesus da Lapa;
- 8.385. Inquérito Civil nº 088.0.46532/2016, da Promotoria de Justiça de Conde;
- 8.386. Inquérito Civil nº 720.9.39202/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;
- 8.387. Inquérito Civil nº 593.0.76019/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 8.388. Inquérito Civil nº 021.0.56787/2016, da Promotoria de Justiça de Barra do Choça;
- 8.389. Inquérito Civil nº 003.9.167349/2017, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 8.390. Inquérito Civil nº 003.0.131510/2008, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Itabuna;
- 8.391. Procedimento Ministerial nº 003.9.31827/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.392. Inquérito Civil nº 644.0.258030/2016, da 14ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 8.393. Inquérito Civil nº 644.9.74350/2018, da 14ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;
- 8.394. Inquérito Civil nº 674.9.123444/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 8.395. Inquérito Civil nº 702.9.142408/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 8.396. Inquérito Civil nº 702.0.219248/2014, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 8.397. Inquérito Civil nº 699.9.87752/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 8.398. Procedimento Ministerial nº 003.9.130968/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.399. Procedimento Ministerial nº 694.0.77154/2009, da 1ª Promotoria de Justiça de Ruy Barbosa;
- 8.400. Inquérito Civil nº 646.0.239678/2012, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 8.401. Inquérito Civil nº 596.0.220473/2014, da 16ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 8.402. Inquérito Civil nº 596.0.95589/2013, da 2ª Promotoria de Justiça de Feira de Santana;
- 8.403. Procedimento Ministerial nº 003.0.207947/2009, da Promotoria de Justiça de Coaraci;
- 8.404. Inquérito Civil nº 003.9.9246/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.405. Procedimento Ministerial nº 003.0.174984/2010, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.406. Procedimento Ministerial nº 699.1.113885/2005, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;



- 8.407. Inquérito Civil nº 003.9.50314/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.408. Inquérito Civil nº 705.9.139134/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Paulo Afonso;
- 8.409. Procedimento Ministerial nº 597.9.198722/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.410. Inquérito Civil nº 003.0.85221/2011, da 6ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;
- 8.411. Procedimento Ministerial nº 647.0.149663/2014, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 8.412. Procedimento Ministerial nº 003.0.31191/2008, da 1ª Promotoria de Justiça de Ibicaraí;
- 8.413. Procedimento Ministerial nº 704.9.112360/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;
- 8.414. Inquérito Civil nº 003.0.74358/2015, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 8.415. Procedimento Ministerial nº 699.9.70009/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;
- 8.416. Inquérito Civil nº 674.9.224295/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;
- 8.417. Inquérito Civil nº 003.0.68126/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.418. Inquérito Civil nº 029.9.162585/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Macaúbas;
- 8.419. Inquérito Civil nº 003.0.161864/2008, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.420. Procedimento Ministerial nº 597.9.150580/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.421. Inquérito Civil nº 598.0.242322/2016, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 8.422. Inquérito Civil nº 003.0.133137/2013, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Juazeiro.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA ADRIANI VASCONCELOS PAZELLI:**

- 8.423. Procedimento Ministerial nº 593.0.217386/2016, apensos nº 593.9.144585/2019 e nº 593.9.151567/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 8.424. Inquérito Civil nº 598.9.222750/2017, da 8ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 8.425. Procedimento Ministerial nº 608.9.124743/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Jequié;
- 8.426. Inquérito Civil nº 003.9.133785/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Saúde – GESAU;
- 8.427. Inquérito Civil nº 598.9.259757/2017, da 12ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;
- 8.428. Inquérito Civil nº 003.9.100008/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.429. Inquérito Civil nº 003.9.588/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;
- 8.430. Procedimento Ministerial nº 003.0.181922/2008, da Promotoria de Justiça de Santa Luzia;
- 8.431. Inquérito Civil nº 003.0.12193/2011, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.432. Inquérito Civil nº 003.9.122802/2018, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio



Ambiente;

8.433. Inquérito Civil nº 674.9.19287/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Alagoinhas;

8.434. Inquérito Civil nº 692.9.1129173/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Guanambi;

8.435. Inquérito Civil nº 069.9.201942/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Catu;

8.436. Procedimento Ministerial nº 279.0.68408/2011, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Estevão;

8.437. Procedimento Ministerial nº 088.9.192938/2019, da Promotoria de Justiça de Conde;

8.438. Procedimento Ministerial nº 003.9.87585/2019, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;

8.439. Inquérito Civil nº 022.0.151348/2008, da Promotoria de Justiça de Barra do Mendes;

8.440. Inquérito Civil nº 003.9.19399/2018, da 13ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;

8.441. Inquérito Civil nº 680.9.219767/2018, da Promotoria de Justiça de Castro Alves;

8.442. Inquérito Civil nº 003.0.123530/2009, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Euclides da Cunha;

8.443. Inquérito Civil nº 003.9.27980/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;

8.444. Inquérito Civil nº 003.9.19799/2019, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

8.445. Procedimento Ministerial nº 003.9.87381/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

8.446. Inquérito Civil nº 591.9.186438/2018, da 7ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;

8.447. Inquérito Civil nº 003.0.172166/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

8.448. Inquérito Civil nº 597.9.268611/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

8.449. Inquérito Civil nº 696.9.218682/2018, da 5ª Promotoria de Justiça de Candeias;

8.450. Inquérito Civil nº 708.9.88381/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

8.451. Inquérito Civil nº 644.0.179610/2013, da 14ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

8.452. Inquérito Civil nº 705.9.39947/2018, da 4ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

8.453. Inquérito Civil nº 699.9.128403/2017, da 4ª Promotoria de Justiça de Itaberaba;

8.454. Inquérito Civil nº 003.5.20998/2007, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

8.455. Inquérito Civil nº 003.0.158269/2014, da 5ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;

8.456. Inquérito Civil nº 680.0.167424/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Castro Alves;

8.457. Procedimento Ministerial nº 003.9.38714/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;

8.458. Inquérito Civil nº 003.0.188468/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Riachão do Jacuípe;

8.459. Inquérito Civil nº 003.9.22764/2017, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

8.460. Inquérito Civil nº 644.9.239431/2017, da 14ª Promotoria de Justiça de Vitória da

Conquista;

8.461. Procedimento Ministerial nº 597.9.18843/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;

8.462. Procedimento Ministerial nº 597.9.18921/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;

8.463. Inquérito Civil nº 600.9.24676/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus;

8.464. Inquérito Civil nº 646.0.185832/0015, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

8.465. Inquérito Civil nº 708.9.187433/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Teixeira de Freitas;

8.466. Inquérito Civil nº 003.9.90045/2018, da 3ª Promotoria de Justiça do Consumidor;

8.467. Inquérito Civil nº 646.0.195722/2014, da 3ª Promotoria de Justiça de Itabuna;

8.468. Inquérito Civil nº 696.9.150319/2018, da 3ª Promotoria de Justiça de Candeias;

8.469. Procedimento Ministerial nº 597.9.109381/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença.

8.470. Procedimento Ministerial nº 705.9.66768/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

8.471. Inquérito Civil nº 003.0.244025/2016, da 8ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude;

8.472. Inquérito Civil nº 045.0.52446/2009, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;

8.473. Inquérito Civil nº 593.0.210130/2014, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Barreiras;

8.474. Inquérito Civil nº 003.0.35559/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Meio Ambiente;

8.475. Inquérito Civil nº 705.0.120476/2010, da 6ª Promotoria de Justiça de Paulo Afonso;

8.476. Inquérito Civil nº 007.0.171896/2012, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Santo Antônio de Jesus;

8.477. Inquérito Civil nº 003.0.209643/2016, da 1ª Promotoria de Justiça de Santo Antônio de Jesus.

**RELATOR: EXMO. SR. DR. PROCURADOR DE JUSTIÇA RICARDO RÉGIS DOURADO:**

8.478. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 933.9.80543/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Luís Eduardo Magalhães;

8.479. Procedimento Ministerial nº 597.9.114370/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;

8.480. Inquérito Civil nº 598.0.234653/2012, da 11ª Promotoria de Justiça de Juazeiro;

8.481. Inquérito Civil nº 590.0.92040/2013, da 5ª Promotoria de Justiça de Camaçari;

8.482. Inquérito Civil nº 644.0.100687/2016, da 8ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

8.483. Inquérito Civil nº 085.0.174892/2016, da Promotoria de Justiça de São Felipe;

8.484. Inquérito Civil nº 003.0.54174/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa da Educação – GEDUC;

8.485. Inquérito Civil nº 680.0.133428/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Castro Alves;

8.486. Inquérito Civil nº 644.0.36189/2014, da 13ª Promotoria de Justiça de Vitória da Conquista;

8.487. Inquérito Civil nº 003.0.18593/2009, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;

- 8.488. Inquérito Civil nº 593.0.194035/2010, da 1ª Promotoria de Justiça de Barreiras;
- 8.489. Procedimento Ministerial nº 647.0.232892/2012, da 2ª Promotoria de Justiça de Eunápolis;
- 8.490. Inquérito Civil nº 646.9.159911/2017, da 10ª Promotoria de Justiça de Itabuna;
- 8.491. Procedimento Ministerial nº 592.9.98374/2019, da 5ª Promotoria de Justiça de Senhor do Bonfim;
- 8.492. Procedimento Ministerial nº 596.0.24131/2016, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Feira de Santana;
- 8.493. Recurso Administrativo em Procedimento Ministerial nº 003.9.103207/2019, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.494. Procedimento Ministerial nº 597.9.133130/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.495. Procedimento Ministerial nº 681.9.187469/2017, da 1ª Promotoria de Justiça de Euclides da Cunha;
- 8.496. Procedimento Ministerial nº 597.9.135102/2019, da 4ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.497. Procedimento Ministerial nº 003.0.136802/2012, da Promotoria de Justiça de Conde;
- 8.498. Inquérito Civil nº 702.0.127809/2016, da 4ª Promotoria de Justiça de Jacobina;
- 8.499. Procedimento Ministerial nº 597.9.210583/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.500. Inquérito Civil nº 003.0.78450/2013, da Promotoria de Justiça de Presidente Jânio Quadros;
- 8.501. Procedimento Ministerial nº 058.9.85530/2019, da Promotoria de Justiça de Capim Grosso;
- 8.502. Inquérito Civil nº 167.9.67078/2019, da Promotoria de Justiça Especializada em Meio Ambiente com sede em Mata de São João;
- 8.503. Procedimento Ministerial nº 591.9.73044/2019, da 2ª Promotoria de Justiça de Lauro de Freitas;
- 8.504. Procedimento Ministerial nº 597.9.211974/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.505. Procedimento Ministerial nº 597.9.211328/2018, da 2ª Promotoria de Justiça de Valença;
- 8.506. Procedimento Ministerial nº 003.9.176395/2018, do Grupo de Atuação Especial de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa – GEPAM;
- 8.507. Procedimento Ministerial nº 190.9.208487/2019, da 1ª Promotoria de Justiça de Nazaré;
- 8.508. Procedimento Ministerial nº 003.0.76801/2007, da Promotoria de Justiça de Livramento de Nossa Senhora;
- 8.509. Inquérito Civil nº 308.0.162512/2013, da Promotoria de Justiça de Inhambupe.

## 9. O QUE OCORRER.

O acesso ao ambiente virtual da sessão se dará por meio de link, a ser enviado, até 05/05/2020, à caixa de e-mail institucional de todos os membros do colegiado.



GABINETE DA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, em 24 de abril de 2020.

**NORMA ANGÉLICA REIS CARDOSO CAVALCANTI**  
Procuradora-Geral de Justiça  
Presidente do Conselho Superior do Ministério Público